

Situando a discussão

Esta comunicação refere-se à pesquisa que venho desenvolvendo e que considera como objeto de estudo as *representações* que os jovens bacharéis de Direito em Cuba construíram sobre eles mesmos e sobre seu país, sobretudo em relação aos projetos voltados a novas propostas de organização política para aquela nação no transcorrer do século XIX. Em linhas gerais, a pesquisa sugere uma investigação que considere os seguintes argumentos: a participação de bacharéis e estudantes de direito nos processos políticos em curso no séc. XIX, no Brasil (passagem da Monarquia à República) e na Colômbia (processo de independência), é questão que não escapou à atenção de estudiosos do tema. Em ambos, evidências de que a formação acadêmica, política e cultural desse grupo deveu-se, e muito, a experiências resultantes de práticas extra-acadêmicas. No recorte selecionado, interessa auscultar a dinâmica de tais atuações, orientada pelo seguinte eixo norteador: as agremiações, os clubes literários e a imprensa acadêmica tiveram um importante papel na constituição identitária do grupo em foco, informando suas orientações e práticas políticas. *Loci* de embates, usina de idéias e forjadores de identidades, tais espaços guardam em comum matrizes de sentido que sugerem um olhar mais aprofundado para o objeto aqui proposto. Trata-se, portanto, de uma pesquisa que combina uma investigação voltada aos seguintes temas: história da juventude, dos movimentos revolucionários, da formação de bacharéis, das agremiações, dos clubes literários e da imprensa acadêmica na América Latina e no Caribe, mais especificamente em Cuba, no século XIX. A seguir, algumas reflexões que vem sendo realizadas no intuito de construir esse objeto de estudo.

Ser jovem

Mesmo reconhecendo-se as diferentes formas como cada sociedade tem representado o que é ser jovem, Levi e Schmitt atentam para o fato de um elemento parece penetrar as mais variadas representações sobre eles: “... o medo dos jovens perturba os bem pensantes, os defensores das convenções ou da ordem.”^{xi}

Schmitt e Levi esclarecem que, no estudo dos jovens, não há padrões definitivos que possam homogeneizar esse objeto, sequer a idade:

... nenhum limite fisiológico basta para identificar analiticamente uma fase da vida que se pode explicar melhor pela determinação cultural das sociedades humanas, segundo o modo pelo qual tratam de identificar, de atribuir ordem e sentido a algo que pareça tipicamente transitório, vale dizer caótico e desordenado.ⁱⁱ

Por sua vez, Ariès constata o aparecimento, no século passado, da categoria adolescente, baseada em uma faixa etária mais ou menos indefinida, que teria se expandido “empurrando a infância para trás e a maturidade para a frente”.ⁱⁱⁱ Segundo o autor, as classes de idade substituem, no mundo contemporâneo, outras categorias que distinguiam as idades da vida em períodos anteriores. Em função disso, “A ‘juventude’ (...) iria tomar-se um tema literário, e uma preocupação dos moralistas e dos políticos. Começou-se a desejar saber seriamente o que pensava a juventude, e seguiram-se pesquisas sobre ela.”^{iv}

Para Schmitt e Levi, essa curiosidade estaria extremamente ligada à “posição limítrofe” atribuída ao jovem. Carregada de projeções simbólicas, as “políticas” dirigidas à juventude, nas mais diversas sociedades, tendem ora à “tentação da exclusão ou, pelo contrário, [à] função de controle social que algumas sociedades concedem aos jovens justamente em função de sua posição limítrofe...”^v Essa “função de controle social” talvez explique a recorrente impressão, corroborada pelos especialistas do tema, de que “o século XIX [por exemplo], apresenta a imagem compósita mas clara de uma juventude inquieta ou rebelde”,^{vi} de quem se esperou, como se verá, a participação efetiva nos processos de transformação social em curso naquele século, nos mais diferentes lugares. Já o século XX procurou normatizar o estatuto de jovens e crianças, criando saberes especializados sobre eles. Foi nesse século, por exemplo, como mostrou Rosana Ulhôa Botelho, “que a criança, o adolescente e a juventude de maneira geral tomaram-se foco de atenção, [foi] também aquele que os colocou sob a *insígnia do perigo*.”^{vii} Foi “sob o signo do perigo” que crianças e jovens tomaram-se objeto de saberes que constituíram, ao longo de todo o século XX, os códigos, as instituições, assim como um campo específico de saber (o Direito do Menor), criando o “menor” ao mesmo tempo em que o nomeava e definia. Enfim, analisados, esmiuçados e delimitados por critérios específicos a cada época, os jovens vêem a complexidade de seu “ser no mundo” reduzida a traçados lineares. Nos discursos/práticas aparecem, e, pelo discurso, em suas diferentes instâncias, são moldados, classificados, separados em categorias, espécies e sub-espécies. Da categoria “população”^{viii} a taxionomia nomeia e hierarquiza seus membros e, sobretudo, naturaliza-os enquanto evidências.

Mas o que significou ser jovem no século XIX? Luzzatto, lembra que há, na cultura política do século XIX, uma constante tentação em associar a juventude aos acontecimentos revolucionários. Mas, estariam mesmo os jovens tão presentes a ponto de transformar o século XIX, sobretudo em seus momentos de crise e de ruptura, no século dos jovens revolucionários?

Os historiadores da área social demonstraram (...) como não eram tão jovens assim os revolucionários que subiram nas barricadas de julho, na Paris de 1830; e enfatizaram que na Paris de junho de 1848, os jovens serviram à causa da ordem bem melhor que à causa revolucionária. Apesar disso, no século XIX, a juventude assusta.^{ix}

Se não foram majoritariamente jovens aqueles que participaram dos acontecimentos que sacudiram a Europa no século XIX, como se explica a representação recorrente do jovem revolucionário? A imagem emoldurada do rebelde/revolucionário seria atribuída a todos aqueles que, qualquer que fosse a sua idade, “sentiram-se jovens e como jovens combateram.”^x Conforme Luzzatto, essa associação estaria extremamente associada a uma das tantas invenções da Revolução Francesa, no caso, o conceito moderno de geração. A juventude passa a ser vista como grupo, geração, e dela se esperam certos comportamentos:

... a Revolução inaugura ao redor dos *juene gens* uma retórica política destinada a um belo futuro: a retórica que deseja uma juventude tão generosa e exuberante a ponto de constituir um perigo permanente para a ordem política e social.^{xi}

Mas não apenas a juventude européia foi construída como rebelde e revolucionária pela cultura política do século XIX. O mesmo se pode dizer da juventude latino americana e caribenha que, no mesmo século, luta pela independência de seus países frente às metrópoles européias, ou, no caso brasileiro, tomam posição frente ao jogo político que acabaria por instaurar a República no Brasil, como vem demonstrando alguns estudiosos.

Os universitários latino americanos

Em estudo voltado ao desvelamento da vida cotidiana universitária em Santafé de Bogotá, no século XVIII, Renan Silva chama atenção para o fato desse grupo de jovens universitários ter criado uma cultura própria, o que lhe permitia auto-reconhecer-se “a través de la producción de formas singulares de vida”. Dentre várias distinções, uma chama a atenção: esse era um grupo que se caracterizava por manifestar-se através de sua própria voz, “pues se trataba de un grupo que se representaba y reclamaba *a través del escrito*.”^{xii} Silva afirma, que durante os séculos XVIII e ainda no XIX, os universitários formavam o grupo organizado mais importante da cidade, entre outras razões porque “La pertenencia a la universidad otorgaba un lugar en la *esfera pública* a través de la participación en el *ceremonial*, [quando] el poder social se hacía visible.”^{xiii}

Grupo razoavelmente homogêneo em termos socioculturais,^{xiv} os universitários tinham, ainda, modalidades próprias de organização, entre elas, as *confrarias* e as *congregações*, espaços de reafirmação das relações hierárquicas que garantiam a distinção social, funcionando como índices que delimitavam as diferenças próprias à sociedade colonial. Outra importante forma de sociabilidade eram as *tertúlias*, que Silva define como

... foco de difusión de un pensamiento relativamente moderno y centro de alguna *actividad conspirativa*, pero sobre todo forma de diletantismo social y literario, de introducción de nuevos gustos y refinamientos, en una palabra, lugar de expresión de la nueva sensibilidad...^{xv}

As tertúlias foram ainda o ponto de encontro entre gerações antes separadas. Foi nesse espaço de sociabilidade que se reuniram “a finales del siglo XVIII por primera vez a profesores y estudiantes que se identifican en torno a un *tipo de saber*.”^{xvi}

Segundo Renán Silva, esse grupo foi responsável pela circulação de novas idéias e experiências, cuja matriz fundadora localiza-se em geral nesses espaços extra-acadêmicos, que tanto serviam como *lócus* propício à constituição de uma identidade própria, quanto à discussão em torno do saber que deveria servi-lhe de base à formação, e, não menos importante, como espaço propício à articulação de atividades tidas por subversivas.

Outro autor a ser lembrado é Víctor Manuel Uribe Urán. Em estudo no qual se dedica à investigação da composição dos advogados em Nova Granada, Nova Espanha, Peru e Rio do Prata, no século XIX, o autor procura problematizar uma idéia comum a alguns estudos dedicados a esse tema. Trata-se da recorrente afirmação de que nas colônias espanholas, durante todo o período colonial, os profissionais do direito prevaleceram nos postos da administração colonial, em detrimento, por exemplo, das carreiras mais técnicas. Dessa idéia decora outra, e deduzia-se que a abundância de advogados nesses postos explicava o atraso econômico e material característico dos países latino americanos pós-independência. Segundo Urán, a idéia que prevalecia entre esses estudiosos era que

La abundancia de abogados denotaba, además, la excesiva importancia atribuida a la administración estatal en cuanto ocupación, y al Estado en cuanto agente histórico y fuente de empleo. Más aún, también explicaba una buena parte de la inestabilidad política prevaleciente, causada (...) por “letrados” ávidos de controlar el aparato estatal y sus “puestos”, a cualquier costa.^{xvii}

Em contraposição, sugeriu-se que a ênfase na formação científica e técnica, e a presença de um grupo significativo desses profissionais nos Estados Unidos, assim como no Japão, teria contribuído para o desenvolvimento de uma infraestrutura produtiva, alavancando o desenvolvimento desses países. Urán, entretanto, procura mostrar que os resultados destes estudos estavam altamente informados por uma leitura literal e pouco crítica de documentos oriundos da administração espanhola. A favor de sua tese, examina outros dados que permitem demonstrar que a propalada tese da abundância de advogados não se sustenta quando comparada à situação encontrada tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos. Ademais, a leitura crítica que realiza nos antigos documentos sugere que por trás dos relatórios alarmistas da administração espanhola – que pregavam a diminuição de vagas para a formação de advogados, seguida de uma série de medidas que dificultavam a conclusão do bacharelado em direito, tudo sob o argumento de que existiria um número excessivo de advogados – existia uma estratégia de brechar a ação cada dia mais revolucionária dos advogados. O que estava em jogo realmente eram “Las inconvenientes actividades y expectativas de los abogados”.^{xviii} Pesava sobre os advogados, a reação da coroa frente ao papel decisivo que vinham desempenhando no decorrer das lutas pela independência, fazendo emergir “um embrión de ‘esfera pública de la sociedad civil’”.^{xix} Não por outro motivo a Coroa tentou regular essa profissão, contendo e supervisionando a formação de “una geración potencialmente subversiva de jóvenes intelectuales”^{xx}: os bacharéis de direito. Urán lembra que foram essas novas instituições de sociabilidade (clubes cafés, tertúlias, salões, academias),

... que propiciaron la reunión de individuos con intereses progresistas, y los involucraron em discusiones intelectuales y en la crítica económica, social y política. Estas instituciones y sus promotores también trataron de moldear la “opinión pública” e influenciar las políticas estatales. Mucho más aún, aquellos letrados tuvieron parte activa en el establecimiento de una *prensa periódica* ...^{xxi}

Ademais, além de demonstrarem capacidade organizativa e talento para a crítica e para o debate público, esses intelectuais ajudavam a difundir as doutrinas anti-monárquicas, inscritas nas novas teorias constitucionais oriundas das revoluções norte-americana e francesa.

“Maten a todos los abogados!”^{xxii} Assim Víctor Manuel Uribe Urán intitula outro trabalho no qual apresenta os resultados de seus estudos voltados à investigação acerca da participação dos advogados no movimento de independência de Nova Granada (Colômbia). Seus estudos evidenciam que os advogados lideraram o movimento de independência de Nova Granada, nas décadas de 1810 e 1820 e, por isso mesmo, foram alvos de perseguição das autoridades espanhóis. Mostram, ainda, que por conta das atividades revolucionárias que lhes foram atribuídas, uma quarta parte deles foi sumariamente executada durante a década de 1810. A liderança revolucionária dos criollos, sobretudo dos advogados, beneficiou-se da ideologia do “criollismo” – que rejeitava o direito de governo exclusivo dos espanhóis – para articular tanto a elite quanto os setores populares.^{xxiii}

A pesquisa sobre a formação e atuação dos jovens bacharéis em direito no Brasil muito deve ao estudo desenvolvido por Sérgio Adomo.^{xxiv} Sua investigação voltou-se à sondagem da vida cultural e política dos jovens acadêmicos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, entre 1827 e 1883. Nela, o autor procurou investigar a possível adequação entre a formação acadêmica desses estudantes e a realidade política que viviam. Segundo o autor, essa formação foi a responsável pela construção identitária desses jovens, marcada pela “arte da prudência e da moderação”, tão própria ao liberalismo brasileiro, sempre vivido na tensão entre a “propensão à democracia liberal e o exercício autoritário”^{xxv} do poder, responsável pelos limites e impasses do liberalismo brasileiro. Com o intuito de desvelar os motivos desse aparente paradoxo, Adomo orientou sua pesquisa para a análise de um material (entre outros) que até então teria passado despercebido aos estudiosos do tema – mas que para a pesquisa que venho desenvolvendo ganha enorme importância. Trata-se da imprensa acadêmica, assim como das crônicas e memórias de ex-alunos da Academia de Direito de São Paulo. Sobre as primeiras, o autor assim descreve e analisa seu conteúdo:

... o levantamento dos dados da imprensa acadêmica apontou, desde logo, sua projeção multifacetada, porquanto essa fonte primária não se circunscrevia ao universo das práticas pedagógicas. Ela constituiu excepcional brevíário das principais questões de ordem econômica, política, ideológica, cultural, científica, artística e moral com que se defrontava o modelo liberal de exercício do poder em suas determinações particulares.^{xxvi}

A riqueza dessas fontes explica-se pelo tipo de formação acadêmica que prevalecia à época e que assim foi definida por Venâncio Filho:

... ser estudante de Direito era, pois, sobretudo, dedicar-se ao jornalismo, fazer literatura, especialmente a poesia, consagrar-se ao teatro, ser bom orador, participar dos grêmios literários e políticos, das sociedades secretas e das lojas maçônicas.^{xxvii}

Creio que, a exemplo dos estudantes do Brasil e da Colômbia, também os futuros bacharéis cubanos deixaram registros de seus ideários políticos – ao mesmo tempo em que se construíam/representavam como agentes dos projetos que defendiam – em espaços similares àqueles. Esses registros servirão de rico material de análise à pesquisa que venho desenvolvendo.^{xxviii} Em seguida, volto-me a Cuba do século XIX, a começar pela Universidade de Havana, cenário aonde se engendraram as práticas sob investigação.

Cuba no século XIX: celeiro de projetos para o País

Fundada pela ordem dos Dominicanos em 5 de janeiro de 1728, a Universidade de Havana foi fruto do investimento dos frades dominicanos radicados na capital de Cuba, que desde 1670, pressionava o Cabildo de La Habana para que fosse criada uma universidade no então convento de San Juan de Latran. Tal esforço começa a apresentar algum resultado em 12 de setembro de 1721, quando o Papa Inocêncio XIII expediu a bula com a qual outorgava a graça àquela comunidade religiosa para que fosse fundado o primeiro centro de estudos cubano. No ano seguinte, o Papa obteve o aval do Conselho das Índias para a execução da proposta, cuja efetivação deu-se seis anos após essa iniciativa.^{xxxix} Quando de sua fundação, a instituição era composta por cinco faculdades que seguiam o padrão da época. Refiro-me aos tradicionais cursos de “arte y filosofía, teología, cánones, leyes y medicina.”^{xxxx} Portanto, desde sua criação, contava a Universidade com o curso de bacharelado em Direito.

Em 1842, à semelhança de suas congêneres latino americanas, a instituição é secularizada, após um longo processo de disputas entre a Igreja e o poder estatal, passando a chamar-se Real y Literária Universidade de La Habana. Na América espanhola este fato estava estritamente vinculado à situação interna da Espanha e, certamente, era fruto das reformas liberais que então ocorriam na metrópole. Em trabalho onde reflete sobre a relação entre a universidade, o Estado e a Igreja, no século XIX, Maria Lúcia Prado enfatiza a iniciativa dos estados liberais em direção à apropriação dos espaços acadêmicos, até então sob o controle da Igreja, como forma de ali fazer presente uma orientação laica mais de acordo com as demandas dos nascentes estados nacionais. Esta teria sido a forma encontrada pelos liberais para “destruir a universidade colonial e, ao mesmo tempo, construir novas instituições educacionais ancoradas nas idéias do liberalismo.”^{xxxxi}

Como nas similares colombiana e brasileira, a Universidade de Havana certamente muito contribuiu para a construção de espaços propícios ao debate político, verdadeiros celeiros de projetos, usina de idéias. A hipótese aqui trabalhada em suas linhas gerais pode ser corroborada por pequeno indício encontrado em texto de divulgação via Internet. Nele, a Universidade de Havana é apresentada como tendo sido “Siempre (...) cuna y refugio de lo más revolucionario de la juventud cubana.”^{xxxiii}

Mas qual era o cenário político em Cuba no período que tomo como referência para pesquisa? Para Espanha e Cuba, o século XIX teve a duração de nove décadas, mais precisamente, ele se estendeu de 1808 a 1898, segundo análise de Luis Navarro García.^{xxxiii} Nessas nove décadas viveu-se o século XIX com tudo o que ele trouxe de instabilidade e indefinições. Para a Espanha, esse século subtraído de uma década, foi vivido como morte lenta do império que manteve por três centenas de anos e que viu começar a agonizar a partir do marco que inicia esse balizamento. Para Cuba, ali começava a longa jornada em direção à construção de um projeto político de país. O último marco define o fim do império espanhol e o início de uma tortuosa história rumo à autonomia cubana. Foi em meio às incertezas geradas pelo domínio napoleônico sobre a metrópole espanhola que Cuba assistiu à efervescência do debate político em torno do futuro da ilha. Três foram as projeções que se buscou construir sobre os caminhos a percorrer. A primeira delas acenava para a permanência da união de Cuba à metrópole espanhola, na expectativa de que, em contrapartida, a lealdade seria recompensada com a concessão de direitos e maior espaço político à elite crioula. O problema que se colocava era o que fazer caso a Metrópole não efetivasse ações que atendessem esses anseios, o que acabou por ocorrer. Outra projeção voltava-se para a busca imediata da independência, mas rendia-se desde o início à dúvida se seria possível aos cubanos não só leva-la a cabo, mas, sobretudo, mantê-la. Finalmente, a terceira concebia a separação da Espanha e a união a outro País, no caso, os Estados Unidos. Era a tese anexionista.

Em estudo já referido, García procurou compreender como se deram as lutas para efetivar essas projeções através da trajetória de três líderes intelectuais – Varela, Saco e Martí – e como cada um viu ruir suas aspirações nesse curto século:

Varela no tardó en callar, al darse cuenta de que ni los cubanos lucharían por su libertad, ni acudiría ningún país a separarlos de España. Saco, convencido de la imposibilidad de una Cuba independiente, atacó sin desmayo el proyecto de anexión a los Estados Unidos, considerando preferible la pertenencia a España mediante fórmulas que podían ser mejoradas. Martí, que consideraba imposible ya la convivencia con la metrópoli, luchó sin éxito por liberar a Cuba evitando que ésta cayese bajo dominio norteamericano.^{xxxiv}

Maria Dolores Domingo Acebron refere-se a três importantes movimentos para a construção da independência cubana. O primeiro deles, “A Guerra dos 10 anos”, ocorrido entre 1868 e 1878, foi, segundo a autora “el primer conflicto bélico que se produce en Cuba de matiz independentista...”^{xxxv} O movimento teve no advogado e poeta Carlos Manuel Céspedes seu maior líder. Foi ele, durante grande parte do conflito, o Presidente da República proclamada pelos rebeldes. Céspedes experimentou, talvez mais que qualquer outro líder rebelde cubano, a ambígua situação de, num primeiro momento,

crer que a saída anexionista poderia responder aos ideais da revolução para, em seguida, desiludir-se frente à indiferença norte-americana quanto aos rumos que aquela guerra produziria em Cuba. Outros dois movimentos assinalados pela autora são “La Guerra Chiquita (1879-1881) e a “Guerra de 1895-1898”, a última delas responsável pelo fim do domínio espanhol em Cuba.

Ao comentar a obra de Emilio Roig Leuchsenring – *La Guerra Libertadora Cubana de los Trienta Años* – Acebron destaca a importante contribuição desse historiador que, ao estabelecer um nexos entre esses movimentos – malgrado as diversas tendências que orientaram os três episódios, variando do autonomismo ao anexionismo, até chegar à independência – permite ver esse excepcional século XIX cubano como palco de múltiplas tentativas de projetar para Cuba um novo panorama político e cultural. Foi também graças ao trabalho desse historiador que pela primeira vez refletiu-se sobre o papel fundamental da Maçonaria nos movimentos de independência cubana.^{xxxvi} Acebron corrobora as reflexões de Leuchsenring, pois, “se ponía de manifiesto el número tan importante de logias extendidas por toda isla entre 1864 y 1870 (...) y el número tan elevado de cabecillas rebeldes que estaban afiliados a la Orden.”^{xxxvii} Não por acaso, a pesquisa que venho desenvolvendo considera a investigação de possíveis relações entre a Maçonaria e as confrarias, congregações e tertúlias, as quais referiu-se Renan Silva.

Outras dimensões a serem consideradas no entendimento do cenário cubano à época seriam a posição dos fazendeiros cubanos frente aos movimentos revolucionários, e da escravidão, assim como dos movimentos abolicionistas (e antiabolicionistas) que grassaram à época. Quanto aos primeiros, Acebron lembra que ao contrário do que foi consagrado por certa historiografia, nem todos os fazendeiros escravistas apoiaram a Espanha, assim como nem todos os que pertenciam às camadas mais baixas, e mesmo os escravos, apoiaram os rebeldes, muito embora estes levantassem a bandeira da abolição.^{xxxviii}

A questão da escravidão decerto deve estar presente no horizonte do pesquisador que se debruça sobre o período, visto ter sido a abolição um dos grandes pontos de tensão dos movimentos de independência. Baseando-se em artigo de Jorge Maluquer Acebron recorda que a grande repercussão da primeira luta pela independência de Cuba, encetada entre 1868 e 1878, foi a aprovação, pelo Congresso da recém instalada república cubana, do decreto de abolição da escravidão e o ingresso dos libertos na fileira do exército rebelde. Segundo Jorge Maluquer, “entre ocho e diez mil negros engrosaron las filas de su ejército y contribuyeron a dar al conflicto el aspecto de una guerra social.”^{xxxix} Porém, muitos foram os escravos que serviram de guia às autoridades espanholas, assim obtendo sua liberdade.

Por outro lado, nunca é demais lembrar, a tese anexionista permaneceu como uma das principais questões na pauta dos projetos políticos cubanos até 1865, quando se deu a derrota dos sulistas escravocratas na Guerra de Secessão norte americana, pondo fim ao sistema escravocrata naquele país. Frustraram-se assim as expectativas dos defensores da tese anexionista, muitos deles ricos fazendeiros cubanos que viam na união de Cuba aos Estados Unidos a garantia da manutenção do sistema escravista, ameaçada pela crescente pressão inglesa sobre a metrópole espanhola. Embora ainda sobrevivesse por alguns anos, a tese já não respondia mais aos interesses de seus primeiros defensores. Ao tempo em que essa tese angariou grande simpatia entre os cubanos, assim também ocorreu com uma geração de políticos norte-americanos, visto que naquele momento a política externa desse país empreendia um agressivo movimento de extensão territorial (foi nesse século que os Estados Unidos anexaram a Flórida, Luisiânia, Texas e, depois de 1848, a Califórnia e o Novo México).^{xl}

É esse complexo momento político que se estende ao longo dessas nove décadas que tomo como plano de observação para sondar as *representações* que os jovens estudantes de Direito da Universidade de Havana construíram sobre esses projetos, assim como sobre o papel que deveriam ter na execução do mesmo.

Por tudo isso, acompanhar, mesmo que brevemente, a trajetória política de Carlos Manuel Céspedes permite que se vislumbre as ricas possibilidades quanto ao objeto de estudo proposto. Intelectual de grande envergadura, Céspedes foi advogado, poeta, animador cultural, apaixonado por teatro e colaborador em vários periódicos. Em 1868, liderou um movimento revolucionário que implantou a primeira experiência republicana em Cuba, tendo sido o primeiro presidente dos rebeldes, cargo que exerceu de 1869 a 1873, quando foi deposto pela Câmara de Representantes do Governo Revolucionário, vítima, provavelmente, das lutas intestinas travadas pelos diferentes grupos republicanos que compunham o movimento. Quatro meses após sua deposição, sem contar com nenhum apoio do grupo republicano então no poder, Céspedes morreu após ser emboscado por uma força do exército espanhol. Mas vejamos alguns dados que considero importantes sobre a fase de formação do jovem Carlos Manuel Céspedes. Nascido em 18 de abril de 1819 na cidade cubana de Bayamo, Céspedes vem ao mundo como herdeiro de vasta propriedade rural. Foi no campo que passou sua infância “en una de las

haciendas de sus padres.”^{xlii} Os primeiros estudos foram realizados na cidade natal, num pequeno colégio onde se aprendia o tradicional ler e escrever, além das aulas de catecismo. Aos 10 anos ingressou no convento de Santo Domingo onde cursou Latindade e Filosofia. Segundo Prado e Viñals, neste último colégio o comportamento rebelde, indisciplinado e irrequieto que marcou sua infância deu lugar à “aplicación e afición a los estudios que hacen constar sus profesores en los certificados de estudios, expedidos para ingresar en la Universidad.”^{xliii} Seu ingresso no curso de Direito Civil deu-se quando tinha 16 anos. Para cursá-lo teve que se mudar para Havana, a qual chegou quando já se encerrara o prazo oficial para matrículas. Prado e Viñals contam que, nessa situação, “se dirigió al Rector pidiendo ser admitido en el colegio San Carlos para cursar Derecho Civil, lo que fue concedido.”^{xliiii} Dois anos depois, em 1838, Céspedes recebia o grau de Bacharel em Direito Civil. Tinha então 18 anos. De acordo com Prado e Viñals, sobre sua passagem pela Universidade pouco se sabe, além daquilo que ficou registrado nos documentos guardados nos arquivos da Universidade de Havana. Aluno aplicado, consta dos documentos produzidos a seu respeito informes de vários professores que corroboram a seriedade com que levou adiante seus estudos. Entretanto, sobre sua vida extra-acadêmica há somente um grande silêncio.

Durante su estancia en la capital no se le conocieron a Carlos Manuel de Céspedes ni amigos ni devaneos, parece haber estado dedicado por entero a sus estudios. Tampoco se le conocen relaciones con los dirigentes del movimiento intelectual cubano en ese momento. Permanece aislado totalmente, sin participar en la vida intelectual y política de La Habana.^{xliv}

É somente em sua passagem pela Universidade de Barcelona^{xlv} – para onde foi, três anos depois de cumprido seu curso em Havana, com o objetivo de dar prosseguimento a seus estudos de Direito – que se tem notícia de envolvimento de Céspedes com práticas revolucionárias. Ali ele teria dado início a seus escritos poéticos e políticos. De acordo com Prado e Viñals,

Muy pocas noticias existen de la vida del joven Céspedes en España. Hay un dato que de ser cierto sería de gran valor, y es el de haber publicado en el año 1841 en Madrid, un folleto en defensa de Cuba, al ser atacada ésta en la prensa española.^{xlvi}

Em documento datado de 1872, Céspedes recorda os tempos de universitário em Barcelona e, dirigindo-se aos republicanos espanhóis, dirá que: Muchos de nosotros aprendimos en vuestras aulas universitarias cuán absurdo es el derecho de conquista; y o conocimiento que a nuestro ánimo llevaron vuestras brillantes lecciones, disipó las dudas que mil veces nos asaltaron la razón que hubieran tenido los españoles para privarse de la difusión de luces que la civilización árabe esparciera por toda España durante la larga dominación saracena, expulsando a los moros de su territorio. Tuvieron los españoles razón para hacer lo que hicieron; que nunca el derecho de la fuerza podrá ser aceptado por Código alguno.^{xlvii}

Os escritos encontrados não deixam dúvida sobre a importância da passagem de Céspedes por Barcelona na formação de sua identidade revolucionária. “Olhar” para sua Cuba do exterior certamente muito contribuiu para alargar seus horizontes, permitindo que “lesse” de maneira bastante nova a ordem que definia sua terra natal como colônia do império espanhol. Sem dúvida, esse encontro com o outro não terá ocorrido sem deixar marcas indeléveis na construção de sua identidade revolucionária.

Ainda assim, resta questionar se de fato sua vida universitária em Havana teria sido tão reclusa como parece acenar essa análise – certamente assentada na ausência de documentos sobre esse período de sua vida. E, se o foi para Céspedes, teria sido para todos os estudantes de Direito? Ou, ainda, se o foi naquele momento, como teria sido depois de 1868, quando eclode o primeiro movimento de independência cubana? A exemplo do que ocorria a mesma época com seus congêneres colombianos e brasileiros, não existiria em Cuba uma prática extra-acadêmica a fomentar o encontro desses estudantes com as novas idéias, possíveis embriões para suas *práticas e representações revolucionárias*? Refiro-me às evidências assinaladas por Renán Silva que aponta as confrarias, as congregações e as tertúlias, como espaços fomentadores do fenômeno de uma juventude “revolucionária”, *locus* privilegiado por onde circulavam novas idéias e experiências que tanto contribuíram para a construção de uma identidade própria a esse grupo quanto serviram de complemento à sua formação, assim como a muitas de suas atividades tidas por subversivas. Da mesma forma, o estudo de Sérgio Adomo chama a atenção para a importância que a imprensa acadêmica teve para a formação dos bacharéis em direito brasileiros, o que transforma esse dado empírico em importante fonte para que se tenha mais claro o itinerário de sua formação.

Bibliografia

- ACEBRON, María Dolores Domingo. “Historiografía de las guerras independentistas cubanas no siglo XIX” in *Revista de Indias*. II Número Monográfico sobre Cincuenta años de historiografía americanista em España (1940-1989). Vol. L, nº 188, Madrid: Departamento de Historia de América “Fernando de Oviedo”, Centro de Estudios Históricos e Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Enero-abril 1990.
- ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizages do Poder: O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- BETHELL, Lesliel. “La colonia española de Cuba” in Leslie Bethell (ed.). *Historia de América Latina*. Vol. 5, La independencia. Barcelona: Crítica, 2000.

- BOTELHO, Rosana Ulhôa. *Sob o Signo do Perigo – O estatuto dos jovens no século da criança e do adolescente*. Tese do Doutorado. Departamento de História da UnB, Brasília: 2000.
- DEL PRADO, Fernando Portuondo e VIÑALS, Hortensia Pichardo. (org.). *Carlos Manuel de Cespedes. Escritos*. Tomo 1, História de Cuba, Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GARCIA, Luis Navarro. *La Independência de Cuba*. Madri: Editorial MAPFRE S/A, 1992.
- LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean-Claude. “Introdução” in Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt (org.). *História dos Jovens*. Da Antiguidade à era Moderna. vol.I, São Paulo: Cia. da Letras, 1996.
- LUZZATTO, Sergio. “Jovens rebeldes e revolucionários: 1789-1917” in Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt (org.). *História dos Jovens*. Da Antiguidade à era Moderna. vol.I, São Paulo: Cia. da Letras, 1996.
- PRADO, Maria Lúcia Coelho. “Universidade, Estado e Igreja na América Latina” in *América Latina no Século XIX. Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Editora da USP, Baurur: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.
- SILVA, Renan. “La vida cotidiana universitaria en el Nuevo Reino de Granada” in Beatriz Castro Carvajal (edit.) *História de la Vida Cotidiana em Colômbia*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1996.
- SPENGLER, Eusebio Leal. *Carlos Manuel Céspedes. El Diario Perdido*. Habana: Publicimex S&A, 1992.
- URÁN, Víctor Manuel Uribe. “‘Maten a todos los abogados!’ Los abodados y el movimiento de independencia en la Nueva Granada, 1809-1820” in *Historia y Sociedad*. Vol. 7, Medellín: Universidad Nacional de Colombia – Departamento de História, 2000.
- URÁN, Víctor Manuel Uribe. “Disputas entre Estado y sociedad sobre la educación de los abogados a finales de la etapa colonial en la Nueva Granada” in *Historia e Sociedad*. Vol. 3, Medellín: Universidad Nacional de Colombia – Departamento de História, 1996.
- URÁN, Víctor Manuel Uribe. “La América Latina colonial y postcolonial: tierra de abogados y leguleyos?” in Luis Javier Ortis Mesa e Víctor Manuel Uribe Urán (edit.). *Naciones, Gentes y Territorios. Ensayos de historia e historiografía comparada de América Latina e el Caribe*. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2000.
- ZAVALA, Maria Teresa Cortés. “La construcción criolla de un espacio en la narrativa puertorriqueña. El caso de Manuel Alonso y Zino Gandia” in *Revista Brasileira do Caribe*. Revista do Centro de Estudos do Caribe no Brasil. Universidade Federal de Goiás – vol. 1, nº 2, Goiânia/Brasília: Ed. CECAB, 2000.

ⁱ Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt. “Introdução” in Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt (org.). *História dos Jovens*. Da Antiguidade à era Moderna. vol.I, São Paulo: Cia. da Letras, 1996, p. 8 (grifos meus).

ⁱⁱ Idem, ibidem, p. 8.

ⁱⁱⁱ Philippe Ariès. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p. 47.

^{iv} Idem, ibidem, p. 46 e 47.

^v Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt. Op. cit., p. 16.

^{vi} Sergio Luzzatto. “Jovens rebeldes e revolucionários: 1789-1917” in Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt (org.). *História dos Jovens*. Op. cit., p. 195.

^{vii} Rosana Ulhôa Botelho. *Sob o Signo do Perigo – O estatuto dos jovens no século da criança e do adolescente*. Tese do Doutorado. Departamento de História da UnB, Brasília: 2000, p. 5. (grifos meus)

^{viii} Sobre a categoria “população”, na acepção que lhe foi dada por Michel Foucault, ver do autor, *Microfísica do Poder*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1988.

^{ix} Sergio Luzzatto. “Jovens rebeldes e revolucionários: 1789-1917” Op. cit. p. 196.

^x Idem, ibidem, p. 198.

^{xi} Idem, ibidem, p. 200.

^{xii} Renan Silva. “La vida cotidiana universitaria em el Nuevo Reino de Granada” in Beatriz Castro Carvajal (edit.) *História de la Vida Cotidiana em Colômbia*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1996, p. 394.

^{xiii} Idem, ibidem, p. 398/399.

^{xiv} Silva mapeia com muito cuidado a procedência desses universitários, concluindo por alguns índices bastante comuns ao grupo: eram brancos (sentiam-se herdeiros dos primeiros descobridores), homens, jovens, pertencentes aos estratos dominantes da sociedade.

^{xv} Idem, ibidem, p. 400 (grifos meus)

^{xvi} Idem.

^{xvii} Víctor Manuel Uribe Urán. “La América Latina colonial y postcolonial: tierra de abogados y leguleyos?” in Luis Javier Ortis Mesa e Víctor Manuel Uribe Urán (edit.). *Naciones, Gentes y Territorios. Ensayos de historia e historiografía comparada de América Latina e el Caribe*. Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 2000, p. 229 e 230.

^{xviii} Idem, ibidem, p. 245.

^{xix} Idem, ibidem, p. 246.

^{xx} Idem, ibidem, p. 251. Ver, ainda, do mesmo autor, outro artigo em que trabalha especificamente a forma como se deram essas intervenções: Víctor Manuel Uribe Urán. “Disputas entre Estado y sociedad sobre la educación de los abogados a finales de la etapa colonial en la Nueva Granada” in *Historia e Sociedad*. Vol. 3, Medellín: Universidad Nacional de Colombia – Departamento de História, 1996.

^{xxi} Idem.

^{xxii} Víctor Manuel Uribe Urán. “‘Maten a todos los abogados!’ Los abodados y el movimiento de independencia en la Nueva Granada, 1809-1820” in *Historia y Sociedad*. Vol. 7, Medellín: Universidad Nacional de Colombia – Departamento de História, 2000. O autor toma de empréstimo a Shakespeare (Enrique VI) a frase que intitula este seu trabalho, de modo a dimensionar desde o título, o ódio que a metrópole espanhola dedicou aos advogados, sobretudo na década de 1810, em função das atividades “revolucionárias” atribuídas a esse grupo.

^{xxiii} Idem, ibidem, p. 48.

^{xxiv} Sérgio Adomo. *Os Aprendizages do Poder*. O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

^{xxv} Idem, ibidem, p.35.

^{xxvi} Idem, *ibidem*, p. 30.

^{xxvii} Alberto Venâncio Filho. *Das Arcadas ao Bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 136. Apud Sérgio Adomo. Op. cit, p. 162.

^{xxviii} Em estudo em que procura analisar a construção “criolla” no espaço da narrativa portorriquenha, Maria Teresa Cortés Zavala ressalta que produção intelectual expressa em periódicos deu início, na América espanhola em geral, a uma atividade criativa capaz de construir uma relação entre “la realidad circundante y las formas de reproducirla en el mundo escrito.” Outro dado importante para os objetivos da pesquisa aqui proposta, sobre os escritores que em Porto Rico levavam adiante essa arte, a autora lembra que em “su mayoría eran jóvenes...”. ZAVALA, Maria Teresa Cortés. “La construcción criolla de un espacio en la narrativa puertorriqueña. El caso de Manuel Alonso y Zino Gandía” in *Revista Brasileira do Caribe*. Revista do Centro de Estudos do Caribe no Brasil. Universidade Federal de Goiás – vol. 1, nº 2, Goiânia/Brasília: Ed. CECAB, 2000, p. 112.

^{xxix} http://www.cuba.ru/view/docs/doc_read.php3?id_object=1034&id_rubr=1339.

^{xxx} <http://carlo260.supereva.it/princesita.html>.

^{xxxi} Maria Lúcia Coelho Prado. “Universidade, Estado e Igreja na América Latina” in *América Latina no Século XIX. Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Editora da USP, Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999. A autora localiza seu objeto de estudo no Brasil, no Chile e no México.

^{xxxii} <http://www.bohemia.cubaweb.cu/2002/ago05semana/sumarios/unpoco/articulo3.html>.

^{xxxiii} Luis Navarro García. *La Independência de Cuba*. Madri: Editorial MAPFRE S/A, 1992.

^{xxxiv} Idem, *ibidem*, p. 17.

^{xxxv} Maria Dolores Domingo Acebron. “Historiografía de las guerras independentistas cubanas no siglo XIX” in *Revista de Indias*. II Número Monográfico sobre Cincuenta años de historiografía americanista em España (1940-1989). Vol. L, nº 188, Madrid: Departamento de Historia de América “Fernando de Oviedo”, Centro de Estudios Históricos e Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Enero-abril 1990.

^{xxxvi} Idem, *ibidem*, p. 260.

^{xxxvii} Idem.

^{xxxviii} Idem, *ibidem*, p. 261.

^{xxxix} Apud Maria Dolores Domingo Acebron. “Historiografía de las guerras independentistas cubanas no siglo XIX” Op. Cit., p. 261.

^{xl} Cf. Leslie Bethell. “La colonia española de Cuba” in Leslie Bethell (ed.). *Historia de América Latina*. Vol. 5, La independencia. Barcelona: Crítica, 2000.

^{xli} Fernando Portuondo Del Prado e Hortensia Pichardo Viñals (org.). *Carlos Manuel de Céspedes. Escritos*. Tomo 1, História de Cuba, Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1982, p.6. Esta parte da comunicação está baseada sobretudo nessa obra, mas também em Eusebio Leal Spengler. *Carlos Manuel Céspedes. El Diario Perdido*. Habana: Publicimex S&A, 1992.

^{xlii} Fernando Portuondo Del Prado e Hortensia Pichardo Viñals (org.). Op. Cit., p. 6.

^{xliii} Idem, *ibidem*, p. 7.

^{xliv} Idem.

^{xlv} Sua ida para Barcelona deu-se no ano de 1840 e, nessa altura, Céspedes já era casado e pai de um menino. O curso na Universidade de Barcelona durou 2 anos, voltando Céspedes para sua cidade natal em 1842, onde seus estudos foram aprovados pela Audiência Territorial, sendo-lhe concedido o título de Advogado. Idem, *ibidem*, p. 9.

^{xlvi} Idem, *ibidem*, p. 10.

^{xlvii} Idem.